



REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

ESTUDOS LINGUÍSTICOS E FILOLÓGICOS

ARTIGO

ACADEMIAS BRASÍLICAS: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS DE ESCRITA NO PERÍODO SETECENTISTA

BRAZILIAN ACADEMIES: A REFLECTION ON WRITING PRACTICES IN THE EIGHTEENTH CENTURY

Andreza Alves Dantas

Mestranda em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). Email: dantas.andrezaa@gmail.com

Tiago Medeiro Nascimento

Mestrando em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). Email: tnasc25@gmail.com

RESUMO

O presente artigo elabora algumas considerações sobre a produção das Academias Brásílicas setecentistas, destacando o processo de evolução da escrita, bem como sua importância e o prestígio que se tinha ao ser indivíduo letrado, fazer parte das agremiações literárias no século XVIII e ao prestar serviço à Coroa Portuguesa se expressando via registros escritos. Além disso, discutiremos com base em trabalhos de estudiosos que também argumentaram a respeito das produções historiográficas academicistas das instituições brásílicas dos setecentos.

Palavras-chave: Academias Brásílicas; escrita; discursos academicistas.

ABSTRACT

The present article makes some considerations about the Brazilian Academies in the eighteenth century, illustrating the evolution process of writing as well its importance and the prestige that had been to be an literate, being part of the literary associations in the eighteenth century providing service to the Portuguese Crown expressing itself by writing records. We will also discuss based works who also argued about the academic historiographical productions of the Brazilian literary associations in the eighteenth century.

Key-words: Brazilian Academies; writing; academic speeches.



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Escrever compreende um processo simbólico que pode representar os mais diversos marcos e marcas históricas das sociedades em geral. Desde o início da adesão aos métodos de registro por escrito até a contemporaneidade, as pessoas que tinham muito ou pouco domínio das formas de escrever, faziam no dia a dia o uso frequente da escrita para guardar ou até mesmo trocar informações e contactar-se à alguém.

Dito isso, é evidente que a escrita facilita a necessidade de comunicação e também é uma forma de expressão que sempre carregou e carregará algum ou vários significados. No tocante ao período setecentista no Brasil, por exemplo, foi através de material escrito que *scriptors* das Academias brasílicas, conseguiram ocupar posição prestigiada e ter contato com os setores administrativos da época.

Após frequentes reuniões, os academicistas brasílicos se empenhavam em desenvolver composições por escrito para múltiplos propósitos que eram anteriormente exigidos pela administração. Ainda que não fossem membros das famílias fidalgas, os integrantes das Academias brasílicas, eram brancos, magistrados e agiam dentro das agremiações com discursos que conseqüentemente, geraram documentos e complementavam a “mentalidade” do regime régio (Borges, 2016). Garantia-se assim, status e destaque no meio social, afinal era um serviço prestado para a Coroa Portuguesa o que resultava em reconhecimento da mesma.

Além disso, sabe-se que por meio dos registros escritos também é possível resgatarmos a memória e evitar apagões na história, cultura, leis, interesses, cobranças, costumes, e outras múltiplas representações ideológicas de uma dada sociedade mesmo que ela não exista mais. Esse aspecto, faz da escrita uma das formas mais cruciais senão a mais crucial maneira que vence a barreira do tempo e pode apresentar para qualquer estudioso, horizontes, territórios e ocasiões que ficam eternizadas por meio dos documentos redigidos à mão ou por alguma outra fonte

Outro aspecto importante sobre a escrita se configura no decorrer da evolução dos instrumentos usados para escrever e nas formas de escrita em si. Portanto, as etapas dessa ascensão, também denotam sobre aspectos conjunturais do período setecentista e até mesmo de outras épocas pretéritas que foram cruciais para alcançarmos os formatos que existem hoje.

Nesse artigo, buscaremos elucidar brevemente no primeiro ponto, a respeito do 1. o surgimento da escrita e seu processo de evolução, no segundo ponto, discutiremos sobre 2. como era a prática de escrita dos *scriptors* das *Academias Brasílicas* no período setecentista, no terceiro ponto apresentaremos 3. como a escrita elucidada sobre relações de poder e concluiremos com as considerações finais.

2 O SURGIMENTO DA ESCRITA E UM POUCO DO SEU PROCESSO DE EVOLUÇÃO

Desde a antiguidade, os seres humanos buscaram adquirir meios de subsistência, e dentre outras coisas, a constante necessidade de comunicação. A escrita e a leitura, ao longo dos séculos, demonstram que essas ações transcendem simples habilidades adquiridas na infância. A expressão individual e coletiva passou por diversas etapas evolutivas, refletindo a participação ativa do homem na sociedade e moldando as construções sociais, políticas e culturais, independentemente do espaço ou local.

As pinturas rupestres e símbolos encontrados em cavernas são uma prova antiga da necessidade humana de comunicação e registro. Esses primeiros esforços de expressão visual representam uma forma primitiva de escrita, antecedendo os sistemas mais desenvolvidos que surgiriam posteriormente. Foi a difusão da cultura oral também que desempenhou um papel crucial na evolução da escrita, e esta se tornou sistematizada após o desenvolvimento da escrita cuneiforme na Mesopotâmia e dos hieróglifos no Egito.

De acordo com Pozzer (1999) na Mesopotâmia, por volta de 3200 a.C., a escrita cuneiforme surgiu e foi utilizada para fins administrativos e comerciais. De maneira similar, no Egito, os hieróglifos, desenvolvidos aproximadamente na mesma época, serviam para registrar eventos históricos, religiosos e culturais. Esses primeiros sistemas de escrita não tinham os suportes e instrumentos que usamos hoje; barro, cascas de árvores, rochas, couros de animais e ossos eram os materiais disponíveis. Como Barreiros (2017, p. 391) observa: “A escrita é responsável pelo desenvolvimento de práticas sociais que se constituem como a essência das sociedades complexas, possibilitando o registro do cotidiano e, com isso, inventou a noção de homem histórico, capaz de compor um discurso sobre si mesmo.”

A escrita, portanto, foi fundamental para a organização e evolução das sociedades complexas, permitindo a criação e manutenção de uma memória histórica. Além de registrar o cotidiano, a escrita possibilitou a formação da identidade individual e coletiva, documentando histórias, tradições e culturas. Segundo Vygotsky (2000), a aquisição da escrita é um fator crucial para o desenvolvimento humano, sendo uma função específica da linguagem que difere da fala. Vygotsky vê a escrita como uma linguagem de representação do pensamento, uma forma simbólica distinta que exige uma representação consciente e mais avançada.

Como sistema simbólico, a escrita é governada por regras de representação arbitrárias, como o traçado das letras e a direção da escrita. O ato de escrever, portanto, requer uma representação simbólica complexa, onde a linguagem escrita se manifesta como um controle consciente e uma forma de pensamento mais elaborada (Ferreiro, 2004).

Assim, a escrita não é apenas uma ferramenta para registrar o dia a dia, mas também uma manifestação da consciência e do controle do sujeito, refletindo a evolução mental e cultural da humanidade ao longo dos períodos históricos.

3 A PRÁTICA DE ESCRITA DOS SCRIPTORS DAS ACADEMIAS BRASÍLICAS

As Academias Brasileiras foram inspiradas em instituições de letrados de outras sociedades Brasil afora e surgiram no século XVIII. E, em face desta conjuntura, este período setecentista pode ser considerado um grandioso marco nas práticas de escrita e de registros históricos, como bem afirmou Pessoti (2009): “No século XVIII, a história entraria definitivamente para o universo das disciplinas que deveriam ser utilizadas para conferir mais inteligibilidade ao mundo”.

Partindo do pressuposto que todos os ocupantes das Academias Brasileiras eram letrados e que eram incentivados pelo mecenato régio na ocasião de formação, é curioso refletir sobre os moldes usados para desenvolver uma historiografia que fosse aceita e amplamente difundida pelos *scriptors* e também pelo governo da época.

Nesta exposição, também não podemos deixar de indicar que a administração portuguesa no Brasil, replicava paradigmas que ocorriam em Portugal e em outras localidades. Dentre estes está, por exemplo, a política de apagamento da

mulher, dos negros, dos indígenas e outros cidadãos livres ou até mesmo escravizados que podiam fazer parte dessas agências de escrita por estarem residindo no território. As pesquisas realizadas por Mussa (1991) demonstram que, entre os séculos XVII e XVIII, a taxa de não brancos (africanos, negros brasileiros, mulatos e índios integrados) equivalia a aproximadamente 70% da população, enquanto a taxa de europeus e brancos brasileiros era de aproximadamente 30% da população, fato que comprova a importância de refletirmos sobre a difusão da escrita nesse período histórico, pensando também em fatores demográficos.

Baseando-se nesse critério de reflexão sobre quem eram os *scriptores* das Academias, é mais comum a localização de discussões que citam apenas homens brancos, magistrados, religiosos (dentre outros) que ocuparam diversos cargos e pela predominância consequentemente, promoveram discursos de domínio masculino.

Além disso, tratava-se de figuras que compartilhavam um elemento em comum: o poder econômico. Eram oriundas de famílias que detinham a concentração de riquezas, extensas propriedades de terra e outros patrimônios altamente lucrativos. Dessa forma, contribuíram diretamente para a manutenção e o fortalecimento do fenômeno da estratificação social. Para Borges (2016, p. 105), “ser membro efetivo das academias literárias na América portuguesa significava, no âmbito da sociedade colonial, possuir uma condição de legitimidade e distinção social”.

Quadro 1: Distribuição demográfica no Brasil do século 16-19

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros do Brasil	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branços do Brasil	-	5%	10%	17%	24%
Europeu	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Adaptado de Mussa (1991:163) por Carneiro (2005).

O discurso academicista localizado nas composições da época setecentista, revelam, ainda, aporte historiográfico com um nível de rigor proposital que gerava um diferencial em meio às outras instituições de letrados que também existiam naquela época. E esse aspecto, nos permite inferir que os academicistas brasileiro buscavam combinar as pretensões políticas da administração com as intenções literárias de magistrados que tiveram a oportunidade de adquirir um grau de escolaridade maior e até mesmo fora do Brasil.

Outro aspecto crucial desses documentos deixados pelos literatos brasileiro, se configura em uma escolha de temas que eram amplamente discutidos em reuniões realizadas pelos sócio das Academias e, segundo Kantor (2004, p. 16)

[...] ao longo da primeira metade do século XVIII, o movimento academicista ajudou a desencadear uma nova percepção sobre o estatuto político do território colonial, estimulando, assim, a reflexão sobre a natureza dos laços que prendiam a América ao Reino: amarras simultaneamente jurídicas, familiares, linguísticas, econômicas e culturais

A formação e exercício dos acadêmicos durante os setecentos constitui, portanto, uma atividade historiográfica com colaboração de intelectuais, mas ao mesmo tempo articulações sobre a colonização e o processo de secularização garantindo assim as vantagens que eram exigidas pelo Império português. Para Nicolazzi (2010, p. 40) “A academia,

pensada como um “teatro da erudição”, colocava-se diretamente vinculada aos objetivos do império marítimo português, ressaltando desde logo as razões inerentes para tanto”.

Apesar dos cerceamentos impostos, tensões e limites que os administradores portugueses delinearão ao longo da existência das Academias Brasileiras, é inegável que houve sustento de um movimento que conseguiu realizar um labor historiográfico com muita qualidade e que pode ser analisado através dos documentos deixados com visão e olhares multifacetados. Para Mota (2003), “o proceder dos intelectuais das Academias ia de encontro entre ao que “o gênio investigador solitário ou do profeta já faziam” (Mota, 2003, p. 45).

Lançando luz sobre nuances que compuseram a atividade dos membros das academias brasileiras, é válido ressaltar que havia uma extensão de temas que conforme Dias (2010), aponta: “instrumentalizavam a produção do saber de dimensão universalista, assim os mais variados assuntos eram abordados como objeto desses letrados que reuniam-se com a finalidade” de promoção de saberes e propósitos que não só obedeciam e homenageavam os administradores, mas também guardavam sobre a conjuntura necessárias informações que são valiosas para o entendimento do Brasil nesse momento.

Situando essa análise em algumas das modalidades discursivas que podem ser encontradas em manuscritos ou impressos localizados em acervos digitais, bibliotecas e até mesmo em arquivos públicos, nota-se que os autores brasileiros se valiam com frequência do que Mota (2003) chama de “contraposição de memórias e de histórias”. Kantor (2004, p. 193), discorre igualmente sobre o tema e salienta que

as memórias eram essencialmente compilação documental ou mesmo resumos informativos: constituíam arrolamentos ou ‘aparatos críticos’ em formato de catálogos de autoridades (bispos e governadores), mapas de rendimentos (contratos, dízimos e soldos), tabuadas cronológicas, cartas geográficas, desenhos de vilas e edificações, repertórios genealógicos, legislativos e bibliográficos

Destarte, a produção dos acadêmicos das Academias Brasileiras, trazem dentre outros marcos históricos, exercício de segregação que já é amplamente discutido, mas que ainda busca pelo êxito na desconstrução em diversos setores do social.

4 A ESCRITA NO PERÍODO SETECENTISTA: PRÁTICA SEGREGANTE?

O século XVIII, com suas Academias Brasileiras e o florescimento da historiografia, foi um período marcante na história da escrita e do registro histórico no Brasil. No entanto, essa era de desenvolvimento intelectual e cultural não foi isenta de práticas segregantes que refletiam e perpetuavam as desigualdades sociais e políticas da época.

As Academias Brasileiras, que surgiram no século XVIII, foram instituições cruciais para a formalização e promoção da escrita e da historiografia no Brasil colonial. Com o apoio do mecenato régio, esses centros de saber reuniam letrados que tinham como objetivo registrar e interpretar a história e a cultura do Brasil. Segundo Pessoti (2009), “No século XVIII, a história entraria definitivamente para o universo das disciplinas que deveriam ser utilizadas para conferir mais inteligibilidade ao mundo”.

Os membros dessas academias eram, predominantemente, homens brancos e de classe alta, incluindo magistrados, religiosos e membros da elite econômica. Essa composição refletia uma perspectiva restrita e muitas vezes elitista na produção do conhecimento. A historiografia produzida por esses intelectuais tendia a reforçar o status quo social e político da época, muitas vezes ignorando ou minimizando as contribuições e as realidades dos grupos marginalizados.

O caráter segregante da escrita setecentista se manifesta de várias formas. Em primeiro lugar, os membros das Academias Brasileiras eram escolhidos com base em critérios que excluía amplamente os não-brancos e os não-europeus. A administração portuguesa replicava em suas colônias práticas de exclusão similares às que ocorriam em Portugal. A política de apagamento das mulheres, dos negros, dos indígenas e dos cidadãos livres ou escravizados é um exemplo claro de como a produção do saber estava imersa em práticas de segregação.

Ser membro efetivo das academias literárias na América portuguesa significava, no âmbito da sociedade colonial, possuir uma condição de legitimidade e distinção social. Outra possibilidade, para alguns membros das elites baianas do século XVIII, oportunizada pelo pertencimento a uma academia literária foi a de inserir-se na dinâmica cultural e intelectual do Império português. Pois foi justamente neste ambiente histórico que nasceria, em 07 de março de 1724, sob a direta inspiração da Academia Real de História Portuguesa, a Academia Brasileira dos Esquecidos. Mais tarde, junho de 1759, a Bahia ganharia sua segunda instituição literária com a criação da Academia Brasileira dos Renascidos na qual o projeto dos Esquecidos seria retomado, agora com mais força e amadurecimento intelectual. (Borges, 2016 p. 105)

O trecho de Borges (2016), acima mencionado, descreve o papel das academias literárias na sociedade colonial da América portuguesa, destacando sua importância para a legitimidade e distinção social dos membros e sua influência na cultura e intelectualidade do Império português.

As academias literárias, como a Academia Brasileira dos Esquecidos e a Academia Brasileira dos Renascidos, eram instituições que conferiam prestígio e um nível social elevado aos seus membros. Status esse, que não era acessível a todos e compreendia uma marca de exclusividade, usada até

mesmo para provocar distinção e reforçar hierarquias sociais e elitistas. O pertencimento a essas academias era uma forma de legitimar e perpetuar a posição social privilegiada de uma elite restrita.

O fato de que as academias eram criadas e administradas por membros da elite, ressalta ainda, a segregação intelectual. Aqueles que não faziam parte desse grupo restrito, acabavam excluídos da influência e dos benefícios associados à participação nessas instituições. Essa exclusão não era apenas social, mas também cultural e intelectual, limitando a diversidade de perspectivas e experiências representadas nas produções literárias e culturais reconhecidas e valorizadas pela sociedade colonial.

Em termos acadêmicos a Bahia representou em todo o século XVIII uma posição de vanguarda no que se refere ao número de alunos matriculados na Universidade de Coimbra. A título de comparação com outras regiões da Colônia, entre 1700 e 1772, somente de Salvador, saíram para os bancos da Universidade de Coimbra 445 estudantes, nesse mesmo período em toda a Capitania de Minas Gerais foram para Coimbra 217 indivíduos. (Borges, 2016 p. 110.)

Os acadêmicos das Academias Brasílicas, ao virem predominantemente da elite econômica e social, não apenas moldaram a historiografia segundo suas próprias visões de mundo, mas também sustentaram uma estrutura social que privilegiava certos grupos em detrimento de outros. A produção acadêmica de então, portanto, não era apenas uma prática intelectual, mas também uma ferramenta de manutenção das hierarquias sociais e políticas estabelecidas. O fato da Bahia mandar mais acadêmicos para fora, reforça o caráter elitista, visto que durante o período, Salvador era a principal cidade da colônia e a que mais recebia portugueses.

Esses intelectuais moldaram a historiografia e o conhecimento de forma a garantir a continuidade do domínio imperial e das desigualdades sociais, refletindo o poder e os interesses da elite. Chartier (2002) ao discutir sobre “representação”, reconhece sobre os interesses sociais que transitam entre poder e a dominação. Por isso, refletir sobre o local de produção, as práticas de escrita e a forma que essas produções eram apresentadas, precisa ser uma considerável questão.

Ainda de acordo com Chartier(2002), “os modos de fazer e de ver a história social e cultural”, difundem novas “representações” que podem apenas reproduzir ou gerar novas “práticas”. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que os acadêmicos brasílicos delineavam uma etapa de labor historiográfico significativa, também perpetuavam desigualdades. Para alguns estudiosos esse método seletivo e de exclusão, é uma característica central da historiografia setecentista.

Para entender melhor essa questão de segregação, podemos ter como sabe o livro *Racismo Linguístico: Os sub-*

terrâneos da linguagem e do racismo de Gabriel Nascimento, nele, somos apresentados ao termo de “Epistemicídio e Linguicídio”, que se manifestam no Brasil, destacando a exclusão de saberes e línguas indígenas e afro-brasileiras, e como isso se relaciona com a colonialidade e o controle da produção de conhecimento. Isso reflete a segregação presente nas academias literárias, que excluíam outros saberes e práticas de escrita.

Por outro lado, o epistemicídio é linguístico quando desapropria o sujeito de seu próprio direito de produção do saber. Ou seja, quando ao sujeito negro ou indígena é negada a possibilidade de ser sujeito da língua e, portanto, compreender e modificar dinamicamente a língua.” (Nascimento, 2020)

Vemos claramente um projeto político educacional que consiste na marginalização de grupos não brancos, uma vez que desde sua origem as Academias buscavam sujeitos brancos europeus para escrever a história, tanto na Europa quanto nas Américas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Academias Brasílicas desempenharam um papel relevante na administração portuguesa durante o período setecentista, contribuindo, por meio de suas produções escritas, para a elaboração de um vasto material que retrata o Brasil colonial. Essas instituições não apenas refletiam as dinâmicas políticas e culturais de seu tempo, mas também ajudaram a consolidar práticas historiográficas que permitem, ainda hoje, compreender aspectos essenciais da sociedade da época.

Por meio das obras dos literatos brasílicos, é possível acessar representações diversas de mentalidades que, embora ancoradas em um contexto específico, oferecem múltiplas perspectivas para o estudo das estruturas sociais, culturais e políticas do período. Compreender o contexto histórico dessas produções é fundamental para analisar tanto o exercício do literato academicista quanto o caráter excludente das academias da época, que restringiam o acesso à vida intelectual a um seleto grupo de indivíduos ligados à elite econômica e social.

As oportunidades acadêmicas, evidentemente, não estavam ao alcance de todos. Essa exclusividade, inicialmente consolidada no contexto europeu, foi reproduzida na América Portuguesa e, em alguma medida, continua sendo um tema sensível e necessário de discussão nos ambientes acadêmicos contemporâneos. Essa reflexão nos permite questionar até que ponto os espaços acadêmicos atuais conseguiram superar as barreiras históricas de exclusão e elitismo.

Por fim, destacamos que as manifestações intelectuais dos membros das Academias Brasílicas transcendem seu contexto de origem. Elas foram desenvolvidas em uma conjuntura histórica marcada por profundas transformações e tensões políticas, o que confere a essas produções um valor documental

inquestionável. Suas contribuições historiográficas e academicistas apresentam uma riqueza interpretativa que ainda hoje oferece possibilidades analíticas significativas, reafirmando sua relevância como fonte para o estudo das mentalidades, práticas e estruturas sociais do Brasil colonial.

REFERÊNCIAS

BARREIROS, P. N.. Por uma abordagem da História Cultural das práticas de escrita na edição de textos. **Alea: Estudos Neolatinos**, 19(2), 2017, 389-414. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1517106X/2017192389414>. Acesso em 13 maio 2024.

BORGES, Eduardo José Santos. As Academias Literárias e as Possibilidades de produção do conhecimento autônomo em território colonial (Bahia, século XVIII). **Seculum- REVISTA DE HISTÓRIA** [34]; João Pessoa, jan./jun. 2016. P. 105-121.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas brasileiras: um estudo linguístico-filológico**. 2005. Tese (Doutorado) – Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel. 2002.

CASTELLO, José Aderaldo. **O movimento academicista no Brasil, 1641-1820- 22**. Vol.1, T.1. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969. p.3-4.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2004.

KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-brasileira (1724- 1759)**.

São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. p.16.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII**. Coimbra: Minerva, 2003.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Editora Letramento, 2020.

NICOLAZZI, Fernando. **Entre “letras & armas”, a história como disputa. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII**. Almanack Braziliense. São Paulo, n°11, p. 40-51, mai. 2010.

PESSOTI, Bruno Casseb. **Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no Setecentos luso-brasileiro**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

POZZER, Katia Maria Paim. **Escritas e escribas: o cuneiforme no antigo Oriente Próximo**. Clássica, São Paulo, v. 11, n. 11, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.